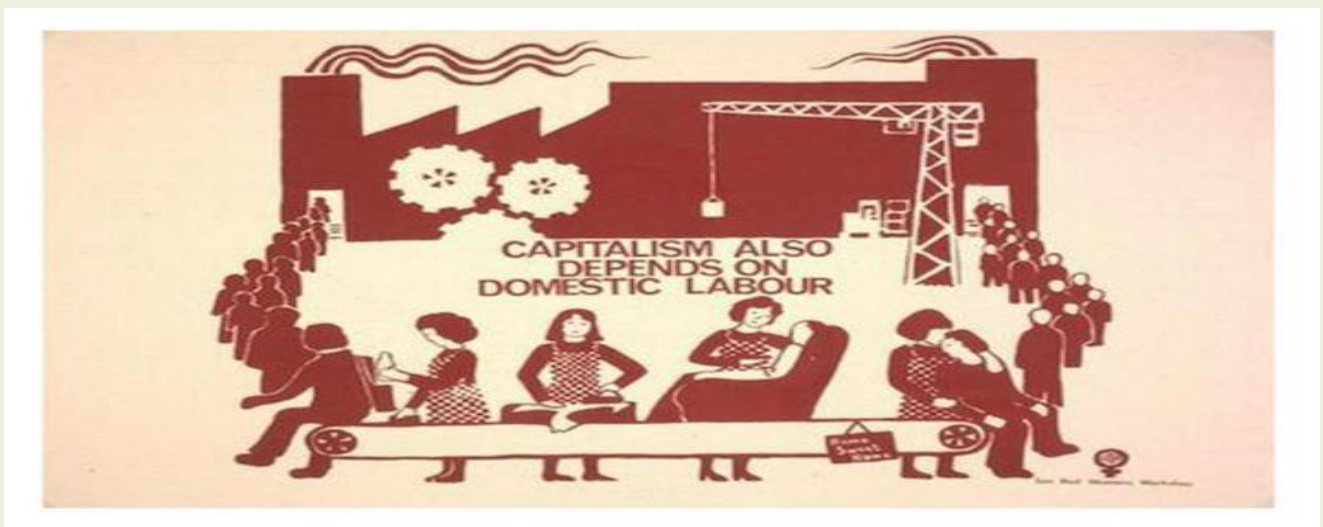


## TEXTO 02

### Economia do cuidado e a vida cotidiana, reflexões sobre matricialidade familiar e a pandemia da Covid 19

*“O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago”*

*(Silvia Federici)*



Fonte: Capitalism also depends on domestic labour (1970s-80s) poster by See Red Feminist silk-screen collective [#womensart](#)

A citação que abre este texto é de Silvia Federici, filósofa, feminista, autora de *Calibã e a Bruxa*<sup>1</sup>, e reflete sobre a exploração das mulheres no capitalismo. *“Federici nos apresenta o argumento de que o serviço doméstico – que em sua forma mistificada aparece como atividade pessoal ligada a sentimentos de afeto e cuidado – é, na verdade, parte do papel que as mulheres desempenham na reprodução da força de trabalho” (Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro).*

<sup>1</sup> As acadêmicas feministas desenvolveram um esquema interpretativo que lança bastante luz sobre duas questões históricas muito importantes: como explicar a execução de centenas de milhares de 'bruxas' no começo da Era Moderna, e por que o surgimento do capitalismo coincide com essa guerra contra as mulheres. Segundo esse esquema, a caça às bruxas buscou destruir o controle que as mulheres haviam exercido sobre sua própria função reprodutiva, e preparou o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressor. Essa interpretação também defende que a caça às bruxas tinha raízes nas transformações sociais que acompanharam o surgimento do capitalismo (Martins Fontes).



É sobre isto que refletiremos neste segundo texto, sobre as tramas que encerram como parte de um mesmo fenômeno, trabalho, cuidado, afeto e as relações sociais estabelecidas e/ou materializadas em uma sociedade capitalista, reflexão que deve estar presente na compreensão sobre matricialidade familiar. É disto também que se trata a ilustração acima, “*O capitalismo também depende do trabalho doméstico*”, produzida na década de 1970 pelo coletivo de serigrafia See Red Feminist.

O texto está organizado em duas seções. A primeira volta-se à reflexão sobre as relações entre trabalho produtivo e reprodutivo, em uma sociedade capitalista, organizada sob uma perspectiva liberal (ou ultraneoliberal), o que consideramos revela as tramas da equação da economia do cuidado e cria as condições para que na pandemia da Covid-19 se estabeleça o debate sobre a crise do cuidado. Na segunda parte, refletiremos o cotidiano das famílias e a pandemia do Covid19, com vistas a perceber como a desigualdade estabeleceu os contornos da sociabilidade entre nós no tempo presente, vinculando organicamente o cotidiano das famílias às expressões da questão social e de gênero, e, sobre como isto é agravado em um contexto de pandemia. Questões pertinentes à reflexão sobre matricialidade que será desenvolvida principalmente no último texto deste curso, quando nos voltaremos, de modo mais específico, para o campo da política da assistência social.

Para esta reflexão traremos para o centro do debate o olhar a partir da pandemia da Covid 19. Evento de proporções globalizadas e generalizadas que impactou de forma decisiva as nossas relações com as dimensões citadas acima (trabalho, cuidado, afeto e as relações sociais estabelecidas e/ou materializadas em uma sociedade capitalista) e que nos fez, ou deveria nos fazer, refletir e colocar em “xeque” nossa forma de compreender o padrão de relações estabelecidas em relação ao cuidado, ou dito de melhor forma, o trabalho de cuidado.

Para iniciar esse texto traremos a reflexão apontada por Yara Frateschi, professora de ética e filosofia de Unicamp, quando afirma que atualmente vivemos uma crise do cuidado. Para Yara, o isolamento social imposto pelo cenário pandêmico, contribuiu para revelar toda a insustentabilidade da trama que sustenta as relações entre trabalho produtivo e o reprodutivo, e, por conseguinte, do cuidado, essencial para a realização das atividades produtivas, escancarando o que poderia ser chamado de uma **crise do cuidado**.



Neste texto vamos a todo o tempo nos remeter ao argumento apresentado por estas duas autoras, Yara e Silvia, buscando revelar, usando a expressão de Conceição Evaristo, *os entremeios* desta relação, trama que tece definitivamente e de forma indissociável, trabalho, cuidado, afeto e as relações sociais.

Para Yara, quem melhor localiza essa discussão são as feministas marxistas, tais como Silvia, quando apontam que a crise do cuidado em curso está relacionada a uma crise da sociedade capitalista e do mercado. Isto porque as feministas marxistas vêm afirmando desde sempre sobre a insustentabilidade da forma de organização deste sistema, principalmente quando ampliamos as lentes para captar para além das relações trabalho remuneradas, consideradas como parte da produção de mercadorias, e passamos a considerar também os meios necessários para que trabalho dito produtivo se realize. Mirem mais uma vez a ilustração que abre este texto, e, se considerarem necessário, voltem para a leitura do texto 1.

Não há trabalho produtivo sem trabalho reprodutivo, não há sociedade nem força de trabalho que se erga ou se sustente, sem trabalho reprodutivo. Ou seja, não há possibilidade de se efetivar uma sociedade capitalista de mercado sem trabalho de cuidado, esse trabalho de reprodução social, que se exerce desde antes do nascimento e que torna possível que na vida adulta o indivíduo vá vender sua força de trabalho.

Estamos aqui nos referindo, como já apontado no Texto 1, aos primeiros cuidados destinados às crianças, à sua formação enquanto indivíduo, a sua educação escolar, ao aprendizado das relações necessárias para a sua vida em sociedade. Em síntese, todo o trabalho envolvido na criação de pessoas, na construção de suas subjetividades. Isto porque, o trabalho do cuidado compreende toda a organização material que faz com que as pessoas se tornem pessoas, que faz com que elas se humanizem e possam se tornar cidadãos/ãs de uma sociedade.

É na compreensão desta relação orgânica, entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, que estaria posta a equação a que damos o nome de Economia do Cuidado. As atividades do trabalho reprodutivo, as do campo do cuidado, são completamente necessárias para a existência do trabalho assalariado e da própria vida em sociedade. A atividade reprodutiva é a que torna possível a existência de um/a trabalhador/a que vá atuar no mercado, porque na ausência do trabalho reprodutivo ou do trabalho do cuidado não haveriam as condições necessárias para que o capitalismo se realizasse, por conseguinte não seria possível pensar na venda do trabalho no

mercado. *O cuidado, ou o trabalho do cuidado seria, portanto, o pressuposto para o funcionamento da própria sociedade capitalista.*

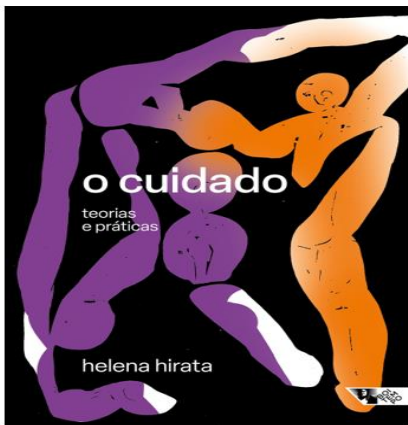
**Então, qual a diferença entre eles?** A diferença para Yara, é que um é considerado, ainda que sob o imperativo da exploração, como produtor de valor e o outro é invisibilizado, colocado para fora do campo de observação, o que está em diálogo com Silvia Frederici. E a estratégia para isto é pensar (ou nos induzir a pensar), o cuidado apenas na sua dimensão afetiva, mas **“o que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago”**. E é também neste rumo que pretendemos seguir por aqui.

Neste rumo é importante afirmar logo de saída, para evitar ruídos em nossa comunicação, que não estamos considerando que o afeto, o amor e o vínculo, não são dimensões importantes, e, geralmente, presentes nas atividades de cuidado realizadas principalmente nas relações familiares ou de proximidade, mesmo porque afirmar isto seria um equívoco. **Afirmamos que** não podemos analisar o trabalho do cuidado apenas sob estes termos, é preciso considerar elementos como tempo, esforço e redução das capacidades e oportunidades das mulheres, principais “responsáveis” pelo trabalho do cuidado, nesta equação.



[Ruídos de comunicação]

O que afirmamos é que, há aqui uma diferença entre o trabalho do cuidado realizado para a reprodução da vida familiar e o trabalho de cuidado realizado no mercado, que também se volta para a criação das condições necessárias para a reprodução da vida. O primeiro não é remunerado, e o outro, via de regra é desvalorizado, mal pago e fruto de ampla exploração. É o que demonstram vários estudos, entre eles o recente de Helena Hirata, *O cuidado: teorias e práticas*, pesquisa comparativa entre Brasil, França e Japão, publicado no Brasil em 2022 pela Editora Boitempo.



Quais são as definições, teorias e controvérsias sobre o trabalho do cuidado no século XXI em um mundo com acelerada tendência de envelhecimento de suas populações? Em ***O cuidado: teorias e práticas***, a socióloga **Helena Hirata** apresenta um estudo sobre o cuidado com os idosos, composto de análises realizadas em três países: Brasil, França e Japão. Para além das diferenças no método, alguns aspectos se mostram bastante similares, como o fato de haver uma esmagadora maioria de profissionais mulheres, em especial de minorias étnicas e raciais, ao lado da desvalorização da profissão, que, mesmo com o constante aumento de demanda, é ainda marginalizada.

Com pesquisas no plano macroestrutural e também em campo, apoiadas por entrevistas com as profissionais nos três diferentes países, a autora traz a crise do cuidado nas suas diferentes dimensões e desigualdades entre os países do Norte e do Sul e a luta das mulheres pela valorização desse trabalho, tanto no reconhecimento simbólico quanto no aspecto monetário.

Dividido em quatro partes, o livro começa apresentando as implicações do cuidado nos dias de hoje, suas teorias, definições e controvérsias. Em seguida, exhibe os resultados e análises de uma pesquisa comparativa sobre o trabalho do cuidado e as características da profissão nos três países. O impacto da globalização e das migrações no desenvolvimento do trabalho do cuidado é o tema abordado no terceiro capítulo, seguido pelo quarto bloco, que traça a trajetória das atividades dessas cuidadoras, suas condições de trabalho, inovações no cuidado e o papel da saúde no trabalho.

O afeto e o vínculo têm sido considerados essenciais para a reflexão tanto do trabalho do cuidado não remunerado, geralmente executado por mulheres no espaço e relações familiares, quanto do trabalho de cuidado remunerado, também geralmente executado por mulheres (Hirata mostra uma tendência diferente para o Japão) devido a própria natureza deste trabalho, que se estabelece, no toque, na presença, no estabelecimento direto de relações entre pessoas. **Então, mais uma vez, para evitar os ruídos de comunicação:** ninguém está dizendo que quando amamentamos nossas crianças, cuidamos da sua higiene, as alimentamos, nos preocupamos com o seu lazer, educação, ou quando higienizamos nossas casas, lavamos nossas roupas, cuidamos dos/as nossos/as idosos/as (quando estes/as demandam ações de proteção e cuidado), o fazemos sem amor. Não, não é isto que está colocado aqui.

O que estamos refletindo é que este trabalho é essencial para a vida, pressuposto para que todas as outras atividades sejam possíveis, que este trabalho, via de regra, é executado por mulheres, isto porque nas diferentes sociedades e nos diferentes momentos históricos, o trabalho

do cuidado tem uma clivagem de gênero, e que ele, ainda que tenha (ou geralmente envolva) amor, produz valor, ocupa muito tempo e energia e não é remunerado ou contabilizado. Neste sentido historicamente ele é um trabalho não assalariado, não valorizado e escondido. E, mais uma vez está posta aqui a equação da economia do cuidado.

## "Depois que minha amiga morreu, o marido dela contratou quatro pessoas para 'substituí-la'"

"Agora eles têm uma aldeia, mas antes tinham uma mãe que fazia tudo isso", disse Alisson Roozen em um vídeo comovente publicado no TikTok

Por Crescer online

22/04/2023 20h20 - Atualizado há 12 horas

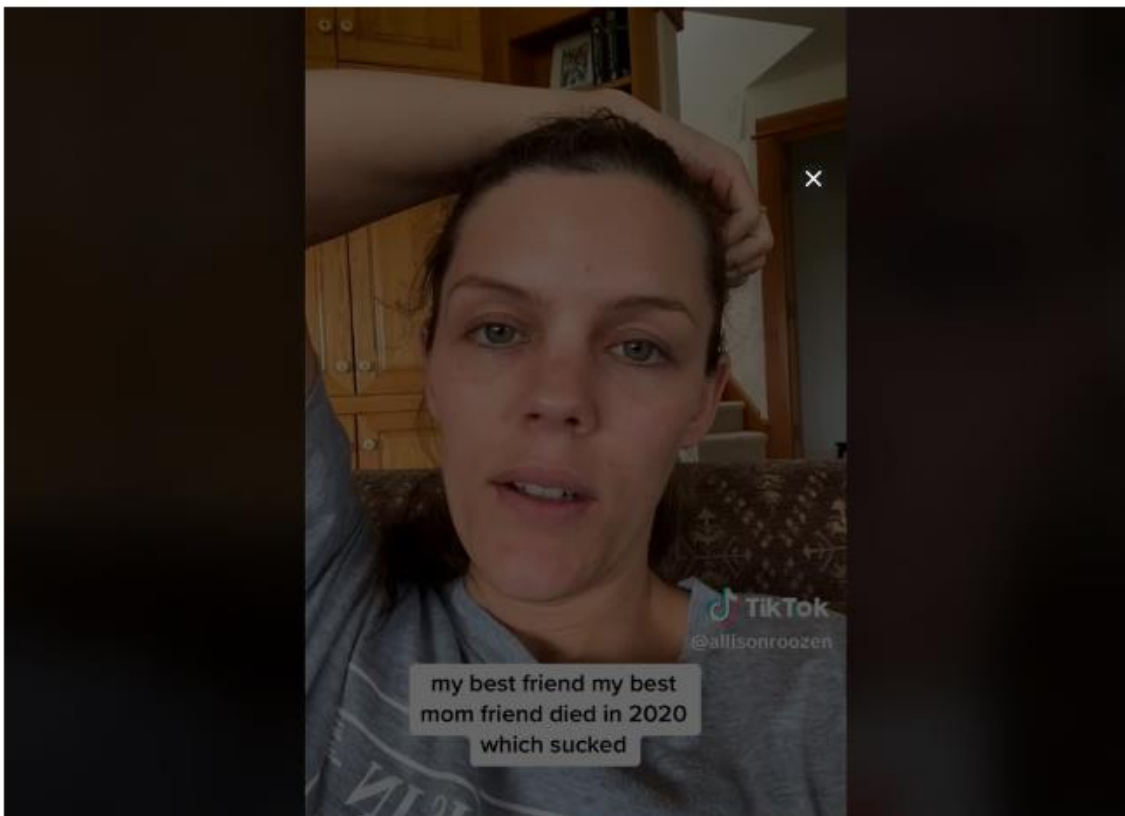


### Por Crescer online

22/04/2023 20h20 – leia a matéria abaixo:

Em um vídeo que viralizou no TikTok, uma mulher decidiu compartilhar todo o seu respeito e admiração pelas mães que se dedicam exclusivamente a cuidar dos filhos, da casa e dos afazeres da família, destacando como o trabalho delas é, geralmente, invisível.

Allison Roozen fez uma postagem na rede social contando uma história pessoal comovente: sua melhor amiga, que era mãe, faleceu em 2020 e, depois da morte dela, o marido dela contratou quatro pessoas para "substituí-la".



Allison Roozen fez um relato comovente sobre a perda da amiga, que era mãe e dona de casa — Foto: Reprodução/TikTok

"Estivemos grávidas juntas, tivemos nossos bebês juntas", relatou Allison. "Não consigo parar de pensar... agora que ela se foi, o número de pessoas que foram contratadas para substituí-la", continuou a autora do vídeo, que foi publicado no dia 14 de abril e soma mais de 430 mil visualizações.

A amiga de Allison era dona de casa e, portanto, além da perda emocional, a família dela enfrentou os óbvios desafios práticos que acompanham a perda de uma mãe. "Agora, o marido dela contratou uma equipe de jardineiros, uma faxineira, duas babás e pede a ajuda de vizinhos e avós, além de ter uma namorada que faz o trabalho emocional", relatou ela na publicação.

Agora eles têm uma aldeia, mas antes tinham uma mãe que fazia tudo isso", concluiu. Na legenda da postagem, Allison reiterou: "A vida de mãe é demais para apenas uma pessoa".

O vídeo recebeu mais de 50 mil curtidas e mais de 800 comentários de pessoas que ficaram tocadas com o relato de Allison. "Ela provavelmente pediu ajuda várias vezes e nunca conseguiu. Agora que ela se foi, a ajuda vem", disse uma usuária da rede social, que acrescentou: "Sinto muito por sua perda. Espera-se que as mães façam malabarismos com tudo e nunca deixem cair uma bola. Não importa o que aconteça e não é justo."

"Isso quase me fez chorar. Por ela, por mim e por todas as mães", escreveu outra mulher. "Não tenho filhos, mas estou convencida de que ser mãe é o trabalho mais importante e desafiador que existe",

ressaltou outra. “A parte mais louca é que se o marido tivesse morrido, a esposa teria voltado a trabalhar e ainda faria todo o resto normalmente”, observou mais uma. “Somos nossas próprias aldeias e todos acham que damos conta. Mãe que trabalha fora, mãe que fica em casa — todas nós fazemos demais”, concluiu uma internauta.

O tempo da pandemia revelou, ou ao menos tornou impossível continuar escondendo, uma tensão presente ao longo da história, o trabalho do cuidado, configura o que iremos chamar de uma dupla jornada de trabalho executada pelas mulheres, isto porque, elas, principalmente as mulheres pobres, periféricas, mães, pretas e pardas, seguiram desde sempre desempenhando o seu papel enquanto trabalhadoras no espaço público, e sendo, muitas vezes, as únicas responsáveis pelo trabalho que acontece dentro das casas e nas relações familiares e comunitárias.

A pandemia revela ou coloca no centro do debate as questões relacionadas a uma **crise do cuidado**. O isolamento social, a não circulação, o fechamento das instituições, destacamos aqui as escolas, fez com que este trabalho que já era realizado prioritariamente por mulheres, com acúmulo de jornada, com a concentração de tudo ao mesmo tempo no mesmo espaço, o das casas, ficasse insustentável sem o apoio, ainda que restrito, da sociedade e suas instituições.

Durante o período da pandemia, principalmente durante o tempo do isolamento social, com a ausência de uma gestão responsável (o que marcou o caso nacional), a crise do cuidado se revelou de forma bastante incisiva. Em tempos em que se discutia a necessidade de retomar as atividades econômicas, quando não se tinha nenhum destino ou nenhuma solução dada para a situação das crianças, e, conseqüentemente, para a necessidade do exercício do cuidado sem o apoio das instituições, aquilo que ficava escondido dentro das casas se revela como um problema de toda a sociedade.

Neste sentido, também é preciso considerar que a reflexão sobre a economia do cuidado precisa se dar dentro do campo das desigualdades interseccionadas (ou seguindo as feministas marxistas, consubstanciadas) e que alguns corpos não tiveram a possibilidade do isolamento social, ou tiveram uma sobrecarga maior no trabalho do cuidado pela impossibilidade de pagar por parte do cuidado necessário para a reprodução da vida, caso principalmente das mulheres com os marcadores de identidade que citamos acima, periféricas, pretas, pardas, mães solo, entre outros.



[Parênteses: Para compreenderem um pouco as especificidades e contextos de criação dos termos interseccionalidade e consubstancialidade leiam o texto abaixo - Fonte: UFRN. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Texto construído com a colaboração de Livia Rebouças. <https://ccsa.ufrn.br/portal/?p=12287>]

**O texto a seguir foi construído a partir da colaboração de Livia Rebouças (mestranda em Psicologia Social pela UFRN e membro do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência – OBIJUV).**

**Direitos Humanos, interseccionalidade e consubstancialidade.** Cada um desses termos tem suas especificidades, tanto em relação a seus significados, quanto à materialidade. De maneira intensa, eles se relacionam, tanto no nível teórico, quanto no prático, à perspectiva feminista, como lente e ferramenta para enxergar e transformar a realidade.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 10 de dezembro de 1948, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Declaração foi um marco importante, que estabeleceu um conjunto de normas, visando à proteção da dignidade de todas as pessoas, considerando as individualidades e a relação das pessoas com a sociedade e com o Estado. Assim, fixou-se legalmente que os direitos à vida, à liberdade, à educação e ao trabalho, dentre outros, deveriam ser considerados universais, inalienáveis, indivisíveis e interdependentes. Isso independentemente do gênero, classe social, raça, etnia e orientação sexual. Entretanto, a forma como se estrutura a sociabilidade dentro do sistema capitalista faz com que essas diferenças sejam transformadas em desigualdades. Assim, o acesso aos direitos não é garantido e ocorrem violações, sendo as mulheres negras marginalizadas as mais afetadas nesse processo.

Considerando isso, o movimento feminista negro questionou o feminismo branco, que tende a homogeneizar as mulheres, a partir de elementos como a branquitude, a heteronormatividade e a classe média. Nessas bases, na década de 1980, Kimberlé Crenshaw (uma jurista feminista estadunidense) propôs o conceito de interseccionalidade ao analisar os sistemas discriminatórios que atravessam sociedade. Ela apontou que as várias formas de opressão, que Crenshaw denomina de eixos insubordinação (racismo, sexismo, o capitalismo, LGBTfobia e o capacitismo, etc.), entrecruzam-se e afetam de maneira diferenciada cada pessoa. Isso produz diferentes graus de vulnerabilidade, especialmente no que diz respeito às vidas das mulheres negras. Assim, em que pese haver nesta perspectiva um destaque para o entrecruzamento entre raça e gênero, a partir do olhar interseccional, outros cruzamentos e sobreposições são possíveis, como considerar os impactos do racismo com a LGBTfobia, do sexismo com o racismo e o capitalismo e do racismo com capacitismo, dentre outros. Já

Já a partir de uma abordagem materialista e marxista, dentro do feminismo, na década de 1970, Danièle Kergoat – uma socióloga feminista francesa – propôs os conceitos de consubstancialidade e coextensividade. Segundo ela, há uma imbricação indissociável entre as

relações de raça, de sexo e de classe, sendo sexo entendido como uma categoria socialmente construída, assim como as outras duas também o são. Segundo essa compreensão, essas três relações são consideradas estruturantes para a produção e reprodução do sistema capitalista, interagindo entre si dialeticamente de forma dinâmica e complexa na medida em que forma um nó no qual se interpenetram construindo umas às outras. Ou seja, no sistema que é racista, patriarcal e capitalista, a dependência da existência dos antagonismos, das contradições, das opressões e explorações (que fazem parte da dinâmica entre os diferentes grupos), está diretamente marcada pelas relações sociais de raça, de sexo, e de classe. Nesse sentido, ao contrário da possibilidade de exclusão, de sobreposição ou adição dos chamados eixos de subordinação (que acontece na interseccionalidade), na consubstancialidade toma-se como pressuposto fundamental que as análises do real necessariamente tem que partir da imbricação entre as relações sociais de raça, de sexo e de classe, sem haver uma hierarquia e sim uma movimentação entre elas. Portanto, em determinados momentos, uma pode estar mais aparente do que outra, mas, sem significar a sua exclusão, assim como nos indica a metáfora do nó.

Por fim, importante destacar que a materialização dos Direitos Humanos é um processo em construção, perpassado por barreiras e desafios, mas que tem encontrado nos feminismos comprometidos com a luta antirracista e anticapitalista, um instrumento para a transformação do mundo, seja por meio do conceito da interseccionalidade ou da consubstancialidade.

**Quer saber mais? Leia:**

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=pt&tlng=pt)

DAVIS, Ângela. Mulheres, Raça & Classe. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013.

HILL COLLINS, Patricia. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: SOF, 2015, p. 13-42.

HUNT, L. A Invenção dos Direitos Humanos: Uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTOS, B. de S.; CHAUI, M. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.

FEDERICI, S. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Ed. Elefante,

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo soc., São Paulo , v. 26, n. 1, p. 61-73, June 2014 .

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Novos estud. – CEBRAP, São Paulo , n. 86, p. 93-103, Mar. 2010 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso)>

A pandemia, ainda que seja uma condição excepcional, vai revelar algo que é uma característica do próprio neoliberalismo, a responsabilização das pessoas em relação às dimensões da vida, do cuidado, da geração dos elementos para tornar a vida em sociedade possível, e, destacamos aqui está colocado um argumento que deve estar presente na análise sobre matricialidade familiar. Tanto nos casos em que foi possível fazer *home office*, quanto nos casos em que não foi possível parar de trabalhar fora das casas, não havia solução sobre o que fazer com as crianças, por exemplo. Para Yara caminhamos na pandemia para um ponto de ruptura, para uma crise do cuidado, porque não havia mais como esconder este trabalho.

Isto porque não há mais família, seja da classe trabalhadora, ou das camadas médias, a excepcionalidade do 1% da população que corresponde aos muito ricos, que tenham a possibilidade de assumir, sem a presença do Estado e das instituições as dimensões relacionadas ao cuidado. É real a necessidade de composição de renda dos adultos, homens e mulheres, que precisam não apenas trabalhar, mas, algumas vezes, ter mais de um vínculo de trabalho, para ter condições de arcar com os custos de manutenção da vida.

E, cabe aqui dois destaques: o primeiro ao fato de que as mulheres, pobres, pretas e periféricas, sempre estiveram no mercado de trabalho, não houve um momento de entrada, a vida em seus entremeios, sempre foi tecida no exercício de uma dupla jornada; e, o segundo, que o modelo da família nuclear, composta por dois adultos de referência, não corresponde mais o padrão familiar preponderante na sociedade brasileira.

A desigualdade econômica está fora de controle. Em 2019, os bilionários do mundo, que somam apenas 2.153 indivíduos, detinham mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas. Esse grande fosso baseia-se em um sistema econômico sexista e falho, que valoriza mais a riqueza de um grupo de poucos privilegiados, na sua maioria homens, do que bilhões de horas dedicadas ao trabalho mais essencial - o do cuidado não remunerado e mal pago, prestado principalmente por mulheres e meninas em todo o mundo. As tarefas diárias de cuidar de outras pessoas, cozinhar, limpar, buscar água e lenha são essenciais para o bem-estar de sociedades, comunidades e para o funcionamento da economia. A pesada e desigual responsabilidade por esse trabalho de cuidado perpetua as desigualdades de gênero e econômica.

Essa situação precisa mudar. Governos ao redor do mundo devem agir para construir uma economia humana que seja feminista e que valorize o que realmente importa para a sociedade, em vez de promover uma busca interminável pelo lucro e pela riqueza. Investir em sistemas nacionais de cuidado para equacionar a questão da responsabilidade desproporcional assumida pelo trabalho de mulheres e meninas, adotar um sistema de tributação progressiva, com taxas sobre riquezas, e legislar em favor de quem cuida, são passos possíveis e cruciais a serem dados para uma mudança.

Esta sobrecarga de trabalho, conforme já afirmamos, se reflete nas oportunidades de ser e existir, de estabelecer projetos de “vida boa”, de se manter por mais tempo nas escolas, de conseguir viver acima da esfera da necessidade, da sobrevivência mais imediata. No caso das camadas média, este trabalho não some, é por vezes delegado, principalmente em uma sociedade como a brasileira, com o seu passado escravocrata, a outras mulheres, via de regra às que citamos acima, que na ausência de estabelecer outros projetos de vida boa, empregam seu tempo e força de trabalho no espaço público, em atividades relacionadas também ao cuidado, o remunerado, acumulando este, com o trabalho do cuidado não remunerado realizado em suas próprias famílias e domicílios.

É o que apresenta o relatório da OXFAM sobre o cuidado e a economia do cuidado, já citado no Texto 1, “Tempo de Cuidar” que confirma e destaca que o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade estão diretamente relacionados.

*“Isso tem como base um sistema econômico sexista e falho, que valoriza a riqueza de um grupo de poucos privilegiados (homens, na sua maioria), do que bilhões de horas dedicadas ao trabalho mais essencial – o do cuidado não remunerado e mal pago, prestado principalmente por mulheres e meninas em todo o mundo” (Texto 1 – O que é economia do cuidado?).*



## TEMPO DE CUIDAR

O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade

www.oxfam.org.br



## ENTENDENDO QUEM CUIDA

O trabalho de cuidado é essencial para nossas sociedades e para a economia. Ele inclui o trabalho de cuidar de crianças, idosos e pessoas com doenças e deficiências físicas e mentais, bem como o trabalho doméstico diário que inclui cozinhar, limpar, lavar, consertar coisas e buscar água e lenha.<sup>32</sup> Se ninguém investisse tempo, esforços e recursos nessas tarefas diárias essenciais, comunidades, locais de trabalho e economias inteiras ficariam estagnadas.

Em todo o mundo, o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago é desproporcionalmente assumido por mulheres e meninas em situação de pobreza, especialmente por aquelas que pertencem a grupos que, além da discriminação de gênero, sofrem preconceito em decorrência de sua raça, etnia, nacionalidade, sexualidade e casta.<sup>33</sup> As mulheres são responsáveis por mais de três quartos do cuidado não remunerado e compõem dois terços da força de trabalho envolvida em atividades de cuidado remuneradas.<sup>34</sup>



Shienna Cabus e sua filha coletam água em uma fonte local em Eastern Samar, nas Filipinas. Elas usam um carrinho para transportar os galões cheios de água para casa. Shienna é integrante da Associação de Autoajuda Bangon Pangdan. Foto: Aurelie Marrier d'Univille/Oxfam (2017)

Fonte: Relatório Oxfam

Estar no mundo do trabalho por mais tempo, provoca um dispêndio muito grande de energia fora da casa, fora da família, e a tentativa de conciliação do trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo, leva ao absoluto esgotamento, e, para compreender isto, basta ouvir as

mulheres. Principalmente se considerarmos que o neoliberalismo tem uma perversidade inerente ao seu funcionamento, ao apontar a responsabilidade para as famílias, principalmente para as mulheres em relação ao provimento das dimensões do cuidado, atua tornando o Estado cada vez menor, se desresponsabilizando cada vez mais, desidratando sua capacidade de dar assistência às famílias. Pontuamos que aqui também está posta a relação com a matricialidade familiar.

No tempo da pandemia foram recorrentes essas questões, a sobrecarga de trabalho revelou expressões de um adoecimento socioemocional muito significativo. Diante do cenário de pandemia fica evidenciado a importância de sistemas de proteção social em todo o mundo. No Brasil, a pandemia da Covid19, associada a um processo em curso de desmonte das políticas públicas, intensifica muitos dos desafios a serem enfrentados.

### Quadro 3: Falta de tempo na Índia: “Não tenho tempo nem para morrer”

Buchhu Devi acorda às três da manhã para cozinhar, limpar a casa e preparar o café da manhã e o almoço para sua família. Há um poço perto da sua casa, mas, por pertencer à casta dalit (a mais baixa da sociedade indiana), ela não tem permissão para usá-lo. Assim, Buchhu precisa andar três quilômetros para buscar água. Ela faz isso três vezes por dia. Buchhu afirma que trabalha em um canteiro de obras das 8h às 17h e, após o expediente, precisa realizar suas tarefas domésticas noturnas: buscar água e lenha, lavar roupa, cozinhar, limpar a casa e ajudar seus filhos com tarefas escolares. O dia dela termina à meia-noite. Se ela não busca lenha, a família não tem como comer e seu marido costuma espancá-la por conta disso. Ela diz: “Não tenho tempo nem para morrer, porque todos me amaldiçoariam... Quem cuidará deles e trará dinheiro para casa quando se eu morrer?”

Fonte: Dutta, Diya. (2019). ‘No work is Easy! Notes from the Field on Unpaid Care Work for Women’, *Mind the Gap: The State of Employment in India 2019*, Oxfam India. <https://www.oxfamindia.org/Mind-Gap-State-of-Employment-in-India>

Apesar de lançar as bases para uma sociedade próspera, o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago é praticamente invisível. Ele perpetua e, ao mesmo tempo, é perpetuado pela desigualdade econômica e de gênero. O trabalho de cuidado é extremamente subestimado e desvalorizado por governos e empresas, sendo muitas vezes considerado um “não trabalho”. Os gastos com esse tipo de trabalho são considerados custos e não investimentos e, conseqüentemente, os cuidados prestados se tornam invisíveis em indicadores de progresso econômico e agendas de políticas.

Fonte: Relatório Oxfam

Raquel Fernandes e Mirella Lima (2022) ressaltam que a pandemia do Covid 19 chegou ao Brasil, em um contexto de ausência de políticas públicas e agenciamentos políticos consequentes, o que nos colocou diante da triste marca de produção de muitos mortos e a acentuada ampliação



da precariedade em que já vivia parte significativa da população brasileira, com destaque para as mulheres e as famílias chefiadas por elas (LEITE, 2020).

Fernandes e Lima (2022) acrescentam que a pobreza brasileira é estratificada, racializada, tem um perfil bem definido e separa o país em dois. Jessé Souza, em *A Ralé Brasileira* (2010), apresenta que a desigualdade constitutiva/originária de nossa história “produziu” uma classe de desclassificados sociais que perfaz um terço da população. Essa classe é destituída de muitos recursos/ativos, é oprimida e humilhada, e no campo do trabalho frequentemente exerce funções com alta exploração e mobilidade (empregada, zelador, motoboy, faxineira, babá, etc.).

Para Jessé (2010) nossa experiência se constrói através de heranças familiares emocionais e afetivas – que passam de pais para filhos/as e que acabam reproduzindo uma série de representações: a dos/as “vencedores” (ricos, patrões, “de berço”) de um lado, e classes de “perdedores” de outro. Essa forma de organização das relações sociais surte um efeito tão intenso e prolongado que acabamos em muitos casos internalizando parte do discurso de dominação. Nesse movimento, a vítima torna-se responsável. Cabe aos sujeitos buscar melhorar sua decadência através do próprio esforço, espera-se “honestidade dos pobres” (o “menino” que não virou bandido, o “adulto” que não virou bêbado, a “menina” que não virou prostituta) (SOUZA, 2010).

Márcia Leite (2020), alerta que, no campo do que vem denominando Biopolítica da Precariedade, os corpos mais afetados são estes, os das camadas populares urbanas já tradicionalmente negligenciadas, moradores de favelas e periferias, mas também “os camelôs/trabalhadores informais, os moradores de ocupações, os sem-teto, os dependentes de crack e outros, sempre reprimidos em seus trânsitos e ‘virações’ pelas ruas” (LEITE, 2020, p. 8).

As condições degradantes e instáveis de moradia e trabalho, somadas ao distanciamento do espaço público e das instituições acabam por ampliar a reprodução das desigualdades e riscos sociais entre nós. Soma-se a isto um outro movimento em curso do Brasil, que ganha corpo nos últimos anos, relacionado ao conservadorismo no campo dos princípios morais de organização da sociedade e uma pauta neoliberal relacionada à redução do Estado.

No campo dos princípios morais, ganha força uma onda conservadora, que serve ao crescimento da extrema direita, onde são retomados discursos sobre a defesa da pátria e da família. Cabe destaque que a legitimidade neste processo, não se volta para toda e qualquer



família, mas uma suposta família tradicional, cujo processo de desestruturação em curso, seja lá o que isto quer dizer, deve ser combatido.

Movimento este que não é recente, já apontado por Goldani, no início da década de 90, em *As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação* (1993). Quando a autora afirma que entre nós a família se caracterizava como um campo de “percepção paradoxal: instituição de grande confiabilidade e instituição [percebida como em processo de] desagregação/crise”.

Para Das (2020) não impressiona que economistas, como Jishnu Das (2020), tenham chamado a pandemia da Covid 19 de a “epidemia da ignorância”, contexto em que modelos epidemiológicos fracassaram por não incorporar na modelização e nas previsões as diferentes experiências vivenciadas pelos sujeitos (DAS, 2020), aqui destacamos o fato de não se considerar o trabalho do cuidado. Para a antropóloga se torna imperativo pensar sobre os diferentes campos de ação, sobre as experiências vivenciadas, a fim de produzir fatos melhores, mais bem fundamentados para a ação no presente e futuro pós-pandemia. A exemplo das recomendações apresentadas ao final do Texto 1 a partir do estudo da Oxfam.

O que vimos, foi que diante da ausência de medidas efetivas de proteção, se produziu a narrativa de volta ao trabalho, principalmente dos corpos precários, facilmente substituíveis, que em alguma medida não tiveram condições de deixar de circular nas cidades, mesmo durante o período mais duro da pandemia e, pior, tiveram que fazê-lo, com recursos ainda mais reduzidos, caso do transporte público (LEITE, 2020).

Mirtes Renata, mãe de Miguel Otávio, trabalhadora doméstica que foi obrigada a trabalhar durante o período mais crítico da pandemia, em que o trabalho doméstico não era considerado trabalho essencial.

Miguel acompanhava a mãe no expediente naquele 2 de junho de 2020. Sari, a patroa, havia ficado de cuidar do menino, enquanto a mãe passeava com o cão da família Corte Real. Nesse meio tempo, foi descoberto por meio de câmeras de segurança do condomínio que a patroa teria facilitado uma ida do menino Miguel, sozinho, até o nono andar do prédio, onde, desacompanhado, caminhou até uma beirada e, então, o pior aconteceu. Desde então Mirtes faz de sua vida uma luta por justiça e até na faculdade de Direito está estudando, mas nada está fácil para ela, pelo contrário.



#### Quadro 2: Abuso de trabalhadoras domésticas

Regina (nome fictício) foi traficada para o Reino Unido por um empregador rico para trabalhar na residência dele. Ela explicou que, assim que chegou a Londres, foi obrigada a trabalhar das 6h às 23h todos os dias no elegante apartamento do seu empregador situado no centro da cidade. Regina não recebeu nenhuma remuneração durante o tempo em que trabalhou por lá e foi proibida de entrar em contato com seus familiares ou de falar com qualquer pessoa fora da residência de seus empregadores. Ela dormia na lavanderia e se alimentava de sobras de comida. Regina teve seu passaporte confiscado e afirma que sofria abusos verbais frequentes por parte dos empregadores, que a chamavam de “estúpida” e “inútil”.<sup>41</sup>

A pesada e desigual responsabilidade pelo trabalho de cuidado perpetua as desigualdades de gênero e econômica. Ela prejudica a saúde e o bem-estar de trabalhadores de cuidado – em sua maioria mulheres – e limita sua prosperidade econômica ao ampliar diferenças de gênero no emprego e nos salários. Além disso, as mulheres e meninas que assumem essa responsabilidade têm pouco tempo para si mesmas e, portanto, não conseguem satisfazer suas necessidades básicas ou participar de atividades sociais e políticas. Na Bolívia, por exemplo, 42% das mulheres afirmam que o trabalho de cuidado constitui o maior obstáculo à sua participação na política.<sup>42</sup>

Fonte: Relatório Oxfam

## Sugestão de leitura:



Ouçam Mirtes, mãe de Miguel: trabalho doméstico remunerado e desigualdades no Brasil é central para a compreensão do que somos enquanto sociedade, lançando um olhar crítico e sensível sobre o locus do trabalho doméstico remunerado na intersecção de opressões de raça, gênero e classe, que produzem e reproduzem desigualdades abissais no país. O livro parte da análise de um acontecimento trágico para compreender as estruturas sociais de um país. Ouvindo a voz de uma mãe de quem foi roubada a vida do seu filho, assim como de outras vozes envolvidas na sua luta por justiça, a autora elabora uma reflexão aprofundada sobre os meandros da divisão sexual do trabalho, do patriarcado, do racismo e da colonialidade no Brasil e revela as relações complexas entre uma ordem econômica e social desigual e a vida quotidiana das trabalhadoras domésticas. Cruzando contributos do Direito, da Sociologia e dos Estudos Feministas, a autora constrói uma abordagem original e desafiante, que nos mostra como alguns minutos da vida de uma pessoa podem condensar séculos de desigualdade e opressão.

Descortina-se a constatação de que, se por um lado estivemos todos e todas suscetíveis à contaminação pelo vírus, a vulnerabilidade foi maior entre aqueles/as que, via de regra, têm mecanismos de proteção muito menores, porque suas vidas estão estruturalmente desprotegidas, pessoas já negligenciadas desde o nascimento, por não terem instrumentos para enfrentar este processo (ROSA, 2020).

Legalmente, o Estado Brasileiro deve oferecer suporte às famílias através de políticas sociais, o que ajudaria a aliviar as pressões econômicas e individuais vivenciadas no cotidiano, principalmente pelas famílias pobres. O que aconteceu, principalmente ao longo da primeira década dos anos 2000, e surtiu importantes efeitos. Entretanto, o que se observou na história recente foi um crescente retrocesso dos serviços públicos, movimento em que o Estado trata de minimizar ao máximo sua contribuição e clama por mais ajuda da comunidade e da família no cuidado para com seus dependentes. Clama por mais trabalho de cuidado, não pago e revestido sob o argumento do afeto, da responsabilização das famílias.

Os contornos dos discursos em torno da defesa da chamada família tradicional brasileira voltam-se para um modelo de referência, o da família patriarcal, que segundo Goldani (1993) seria historicamente estimulado pela sociedade brasileira e reforçado pela Igreja Católica e pelo Estado,

recentemente a novidade fica a cargo da força dos segmentos das religiões neopentecostais com forte inserção no campo da política.

Retomando Goldani (1993), é importante evidenciar que para a maioria das famílias brasileiras são suas precárias condições de vida que majoritariamente respondem por sua estrutura, ou seja, tamanho e organização interna. As famílias, sobretudo as de contextos subalternos, materializam-se como reflexos das situações de risco social e vulnerabilidades vivenciadas, situações que ultrapassam aquele indivíduo em particular e envolvem sua família, as gerações passadas, futuras e sua vizinhança. A ausência do Estado e a responsabilização de, em condições tão precárias, assumir todo o trabalho do cuidado, reduz sobremaneira as capacidades destas famílias, de seus indivíduos, estabelecerem projetos de vida que se estruturam a partir da permanência na escola, nas possibilidades de se dedicar a um tempo maior de qualificação profissional, na capacidade de aquisição de capitais sociais e culturais, como nos diria Jessé Souza em diálogo com Bourdieu.

Essas famílias estão diante do desafio de enfrentar tudo, inclusive as representações sobre elas, muitas vezes com um déficit de “proteção social, carência material e financeira, além de conviverem com graves conflitos relacionais” (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2010, p. 130). Todas essas dificuldades apontadas, fazem parte de uma dinâmica cotidiana de violência urbana, que muitas vezes se entrelaça à do “narcotráfico e do crime organizado, compondo um quadro de acúmulo e potencialização da violência familiar”, principalmente para famílias de contextos subalternos urbanos (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2010, p. 130).

No contexto de pandemia, o isolamento social, a sobrecarga de trabalho e de demandas, as identidades degradadas no espaço público, acendeu outro alerta: a subnotificação de casos de violência contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos/as no contexto intrafamiliar. Isso porque a maioria dos abusos aconteceram e acontecem dentro da família e/ ou da casa, por pessoas de referência. Neste sentido a proteção da e na família demanda o contato com as demais instituições. No caso das crianças por exemplo, sem poder ir à escola, são menores as chances de relatar possíveis maus tratos a outras pessoas. Uma subnotificação que pode ter sido ainda maior pelo aumento da tensão familiar com o maior tempo de convivência e sobrecarga do trabalho do cuidado. A vida das famílias necessita do movimento e partilha com as instituições para gerar as condições imediatas de reprodução dos membros e algum grau de proteção.



No caso das famílias pobres, a pandemia revelou o impacto da não circulação, revelou ser restrita a capacidade de suportar um tempo de não movimento, sem estabilidade no trabalho se agravou a insegurança de renda, casas muito pequenas, apertadas, desconfortáveis. As comunidades mais organizadas e onde viviam as famílias mais pobres sem saneamento básico, trabalho e espaço suficiente para abrigar todos os membros da família, tentaram manter isolamento comunitário, ao invés do social, porque a vida e os corpos destas pessoas não cabiam na casa.

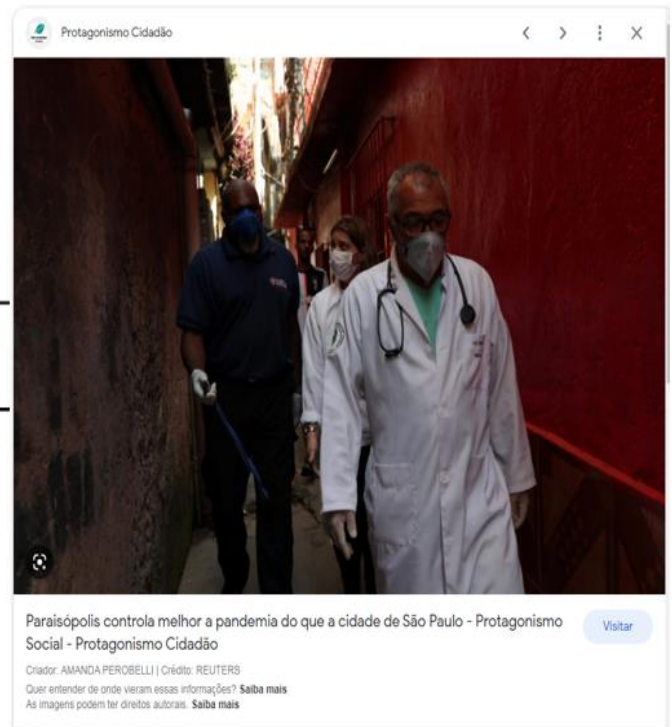
O impasse entre isolamento social, isolamento comunitário e/ou isolamento reduzido, fez parte deste cenário, soluções pensadas no campo da gestão pública, que incidiram sobre alguns corpos e territórios potencializando sua vulnerabilidade e riscos sociais. Isto porque, para às famílias, principalmente as pobres, pretas e periféricas, o não-movimento ou não circulação, impactou imediatamente as condições para sua reprodução no cotidiano, na perspectiva de manter seus planos, de pagar suas contas fixas, de comer, morar e/ou sobreviver (SILVA apud MELLO, 2020).

# O Caso Paraisópolis

## Favela cria seus próprios 'presidentes' para combater o coronavírus



Paraisópolis, em São Paulo, une forças para oferecer ambulâncias, doar cestas básicas e máscaras e atender vítimas da Covid-19



A perspectiva de isolamento social para todos os corpos foi um dos exemplos do desconhecimento das dinâmicas familiares e territoriais a que se referia DAS (2020). A capacidade de suportar o isolamento e os efeitos dele no caso das famílias e indivíduos – depende do quanto de organização se tem para suportar o não movimento. Por isto é preciso trazer para o centro do debate o trabalho do cuidado.

O isolamento social para estas famílias vai produzir um efeito dominó, uma sensação de desmoroamento. Quando o movimento cessa e ficam os corpos confinados, as relações se intensificam de forma muito restrita – com um repertório e capacidade de responder às demandas dos cotidianos muito limitados. É o que Eliana Silva, fundadora da Redes da Maré, Rio de Janeiro, afirma em entrevista para Kátia Mello (2020): “a letalidade ou a questão de quem vai morrer mais, quem vai sofrer mais, quem será mais atingido, vai cair sobre a favela, a periferia e sobre todas as pessoas mais empobrecidas do Brasil” (SILVA *apud* MELLO, 2020).

É neste terreno que a Covid-19 se espalhou pelo país. Desde a sua chegada no Brasil no início do ano de 2020, caiu por terra rapidamente o mito do vírus democrático – que começou

pela classe média, já que a primeira morte registrada foi de uma mulher negra e periférica que trabalhava como empregada doméstica no Alto Leblon no Rio de Janeiro, bairro com o metro quadrado mais caro da cidade. Neste sentido, a pandemia de Covid-19 não só expôs o mundo a um novo vírus como escancarou outras faces das desigualdades em um contexto de capitalismo global. A sensação de que a “normalidade” estava se desmanchando veio seguida da confirmação de que o normal em curso já era organicamente patológico e que a vulnerabilidade não chegou com o vírus, mas como a efetivação de um processo de desmonte do Estado em curso (ROSA, 2020).

Neste sentido, a relação com a questão da matricialidade volta para este texto na perspectiva de refletir sobre como atuar junto às famílias trabalhando com a representação do Estado enquanto alicerçador de direitos em um contexto pós pandemia? Como trabalhar com a perspectiva de que as famílias e usuários são sujeitos políticos e que os direitos dificilmente existem fora da dimensão da exigibilidade, da resistência e da luta pela inclusão e igualdade social? (FERNANDES, 2018a).

É neste contexto que avaliamos a importância de se considerar alguns dos desafios que precisarão ser delineados e/ou reafirmados sobre o cuidado ou o trabalho de cuidado. A reflexão sobre a crise do cuidado coloca em alguma medida no plano de reflexões, e, principalmente de luta, a necessidade de falarmos sobre os modos de vida vividos nas cidades, tema do nosso próximo texto, e sobre a essencialidade do Estado no provimento de proteção e cuidado, o que trataremos no último texto deste curso.

Este é um debate muito amplo, não se encerra neste texto, nem neste curso, abre muitas janelas e, desejamos, muitos estranhamentos. A nossa intencionalidade é tensionar o olhar de vocês para estas relações, estamos aqui tentando dar um corpo tão significativo que não seja possível escondê-lo mais. Partindo para o fim, destacamos, mais uma vez, que acendeu em nós o interesse e esperança a criação da Secretaria Nacional de Cuidados e da Família, porque a secretária nacional, Laís Abramo, vem refletindo a tempos nesta perspectiva. Que seja este um aprendizado da pandemia.

Terminaremos este segundo texto buscando dar ainda mais “carne e sangue” para o nosso corpo, e, para isto, convidamos três mulheres, trabalhadoras e pesquisadoras, que irão nos revelar



a partir de diferentes perspectivas as relações entre o cuidado, trabalho, sobrecarga e desigualdade em tempos de pandemia.

Ana Cláudia Clímaco de Almeida, em *“Fiquem em casa’, ou na casa da patroa?: O impacto da Pandemia da Covid 19 nas famílias geridas por mulheres negras, mães solas”*, traz o drama das mulheres negras e periféricas; Fabíola Maciel, em *“A invisibilidade que mata”*, apresenta o drama das mães cuidadoras de pessoas com deficiência em uma sociedade capacitista; e, Alana Anselmo Carneiro, em *“Sobre as infâncias vividas nas ruas”*, apresenta a questão de meninos e meninas em situação de rua. Destacamos que em todos os textos o tempo de pandemia representa um agravamento, uma sobrecarga que leva a uma espécie de insustentabilidade, mas a crise antecede a disseminação do vírus e está historicamente instalada no meio de nós. Por isto ***“o que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago”***.

**Caso 1.** *“Fiquem em casa”, ou na casa da patroa?: O impacto da Pandemia da Covid 19 nas famílias geridas por mulheres negras, mães solas.*

**Por Ana Cláudia Clímaco de Almeida**

Advinda de uma família de mulheres mães solas, pretas, pardas, periféricas e empregadas domésticas, detive esse olhar direcionado a essas categorias, desde a minha infância e de forma mais intensa, em meu ambiente de trabalho, que é a sala de aula, com Educação Infantil e ensino Fundamental 1.

Formada em 2012.1 pela UFPE, em Pedagogia, exerço a função de Professora I, concomitante a esse tempo. Mas, durante toda a minha trajetória profissional, nada foi mais avassalador do que a Pandemia global da Covid19, que nos colocou em meio a uma crise sanitária e civilizatória de grandes proporções, atingindo de forma mais direta, a essas mulheres mães solas, que segundo dados do IBGE, são mais de 11 milhões, nessa condição, e por conseguinte, suas crias.

Nesse contexto, o então governo brasileiro que estava no poder, passou a dizer que a população deveria escolher entre salvar a economia ou as suas vidas. E nesse discurso, estava imbuído a negação ao “fique em casa”, determinado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), para fins de salvar vidas. Ressalto ainda que temos também, o vocativo: “quem puder, fique em casa”, pois em alguns casos, essas expressões, para serem colocadas em prática, refere-se a linha tênue existente entre o querer e o poder.

Sendo assim, estabelecimentos em geral, precisaram fechar suas portas, para evitar o contato social e com ele, o contágio em massa das pessoas, em todo o mundo, fazendo com que as pessoas, prezassem por um isolamento. E dentre esses estabelecimentos, estavam elas, as Creches/Escolas. Ambiente que por vezes, é a rede de apoio que soluciona uma percentagem das questões nas quais uma mãe solo, enfrenta em seu dia a dia. Mas a pergunta que não quer calar: onde ficam as crianças, geridas dessas mães solas, que são em sua maioria, arrimo da família, enquanto as mesmas vão trabalhar, se as escolas estão de portas fechadas? Muitas precisaram abandonar seus empregos. Outras, levar suas crianças para o ambiente de trabalho e teve ainda as que necessitaram fazer com que a sua cria maior, ficasse “responsável” pela menor, em sua

ausência.

Tivemos, nesse contexto, um exemplo chocante, repercutido em todo Brasil, que foi o caso do Menino Miguel. Uma criança de apenas 5 anos de idade, que morreu após cair do nono andar, ao ser abandonado sozinho, no elevador de um condomínio de luxo, no bairro de São José, em Recife, enquanto estava sob a custódia da patroa de sua mãe, pois sua genitora, passeava nos arredores do prédio, com os cachorros. Diante deste cenário de tragédia anunciada, restam alguns questionamentos: Qual é o contexto socioeconômico e cultural em que Miguel morreu? Qual a realidade da mãe dele, Mirtes? Quem é essa mulher negra, mãe e empregada doméstica?

Preta Rara, em seu livro: *Eu, empregada doméstica: A senzala moderna é o quartinho da empregada*, faz um compilado de vários relatos de empregadas domésticas, que em sua maioria, são mulheres negras, periféricas e mães solas, costurando assim, histórias entre si, que fazem menção à cultura do Brasil Colônia, mesmo em pleno século XXI, momento em que não existe mais o senhor de engenho, a chibata, a senzala e a casa grande (propriamente ditos). Porém, encontramos as patroas que separam as louças que podem ser utilizadas pela empregada, que mandam limpar com cândida todos os objetos da casa depois de serem tocados pela “moça da limpeza”, ou que alimentam as mulheres que trabalham nas suas residências com o que sobra das refeições do dia (Rara, 2019).

Tentar buscar esse equilíbrio e superação entre esta relação família/trabalho, exige colocar a vida no centro das nossas preocupações e refazer a trama comunitária de cuidados, que foi destruída pelo neoliberalismo. O drama social que a crise do coronavírus torna visível acende um alerta: É urgente repensar a concepção herdada do século passado sobre o trabalho. Precisamos entender, como as feministas, que a definição de todo o trabalho que não é valorizado como tal, a exemplo do que acontece com as tarefas domésticas, indica os termos de uma atualização das formas de exploração. Isso significa que a forma da desvalorização e invisibilização do trabalho, assim como a forma da opressão contra as minorias, transborda eventualmente para o restante da sociedade. E romper esses laços, é um grande ato político.

## **Caso 2. A invisibilidade que mata**

***Por Fabíola Maciel***

De acordo com o IBGE 45 milhões de indivíduos, ou seja, 23,9% da população brasileira, tem algum tipo de deficiência, sendo visual, auditiva física ou intelectual. Tendo como grande marco a Lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão, trazendo inúmeras mudanças e garantias à pessoa com deficiência e a/ao seu/sua cuidador/a, denominado em seus artigos 3º e 9º de atendente pessoal, que em sua grande maioria trata-se da Mãe.

Bracciali (et al, 2012) afirma que a ocupação de mulheres como cuidadoras chega a 92%, sendo demasiadamente maior o número de mulheres abandonadas por seus companheiros, sem apoio familiar, social ou do poder público. Mulheres sobrecarregadas, abusadas, estando à frente das responsabilidades financeiras, e de cuidado, materiais, emocionais e afetivas, com dificuldades financeiras e familiares, sobretudo nos lares com pessoas com deficiência e principalmente com perfil socioeconômico oriundas de classes mais vulneráveis, como as pobres, pretas e pardas, periféricas.

Pesquisas como a de Cohem (et al, 1993) e Camargos (et al, 2009) comprovam a má qualidade de vida dessas mulheres, muitas das vezes as únicas provedoras de cuidado. Depressão, ansiedade, síndrome do pânico, autolesões e suicídio foram e ainda são chagas latentes na rotina de muitas dessas mulheres, fundamentalmente em tempos de isolamento social e pandemia.

Mulheres em condições artificiais de sobrevivência, assistindo durante a pandemia inertes e vulneravelmente todas as perdas conquistadas a duras penas, nos esforços quase que insanos, em idas e vindas intermináveis às terapias dos seus filhos e filhas. Sem políticas públicas ou sociais que as alcancem, engessadas num sistema opressor e machista que as vêem especificamente como corpos exclusivamente disponíveis a explorações sexuais e a obrigação do maternar, do parir, julgadas e condenadas pelo crime de gerar “com defeito” e assim com sentença de pena perpétua do cuidar, eternizar-se com a obrigação de sustentar a culpa por ter falhado na sua única tarefa.

A mulher, mãe, negra encontra-se num perfil ainda mais opressor, uma vez que à “subjetividade do corpo lesado”, há a convergência de outros marcadores sociais de diferença e

desigualdade, como raça/etnia, classe, gênero, sexualidade, entre outros (PILUSO, 2020, p. 03)

Ana, uma mulher negra, mãe de Maria que é usuária de cadeira de rodas, soma relatos em entrada de supermercados e comércios aonde foram/são abordadas por funcionários sob a alegação de ajudar a “tão bela morena”, Ana coleciona abordagens contextualizadas na sexualidade ao seu corpo, como estando “disponível” aos toques, as violências.

Carlos, morador do Recife, 14 anos, pessoa diagnosticada pelo autismo é identificado em sua comunidade, em sua família, na escola, como o “menino doido”, e sua mãe, Rebeca, conseqüentemente como a mãe do doido, que ela, a mãe, “não consegue mantê-lo trancado em casa e expõe as pessoas ao risco de conviver com alguém assim”. Citamos ainda Solange, que não se cala ao ouvir que é negra, tem filho negro e ainda é deficiente!

Sendo eu, a mãe de Arthur, que é uma pessoa com deficiência, posso aqui trazer inúmeros relatos pessoais sentidos e enfrentados cotidianamente, dores causadas pelo preconceito, pelo capacitismo e bloqueio atitudinal, com negativismo às mudanças comportamentais. Buscamos perspectivas mais empáticas e respeitosas que possam contribuir para uma sociedade inclusiva e que transversalise com toda pluralidade do ser humano.

Ainda invisível, levo minha voz e de outras tantas Mães, incansavelmente até que ocupemos nosso lugar de direito e respeito. A invisibilidade mata, mas, vivas clamamos por vida.

***“Saia com seu preconceito do meu caminho que eu passarei com meu amor!”***

### **Caso 3. Sobre as infâncias vividas nas ruas**

***Por Alana Anselmo Carneiro***

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Pernambuco - MNMMRPE, uma organização da sociedade civil, há quase quatro décadas atua no enfrentamento às violações de direitos de crianças e adolescentes em situação de rua, que infelizmente ainda registra uma iminente urgência na reafirmação da Doutrina da Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com o advento mundial da pandemia da COVID 19, no Brasil em 2020, o cenário social

apontou por ações de maiores proporções no sentido de proteção e cuidado com o referido público, de modo a responsabilizar o conjunto de atores da sociedade brasileira a cumprir com a manutenção da legitimação deste marco legal (BRASIL, 1990).

Os transtornos causados pela COVID-19, seja pela dificuldade de acesso a serviços essenciais ou pelas medidas de contenção adotadas afetaram e afetam crianças, adolescentes e suas famílias até hoje, que caracterizados pela pobreza ou por recursos limitados suportam os desdobramentos resultantes da redução da renda/emprego, retrocedimentos na aprendizagem e acesso às escolas, dificuldade de acesso a serviços e apoio social, fome e isolamento social. Além disto, o crescente número de violência doméstica, devido a conflitos familiares aumentaram significativamente pelo tendência de maior stress nos ambientes familiares, aponta o estudo da UNCEF sobre proteção das crianças e adolescentes durante a pandemia da Covid-19 em 2021. [Estas situações levaram muitas crianças e adolescentes a usar as ruas como lugar de morada. Retomamos as cenas de famílias inteiras nas ruas e maior presença de crianças e adolescentes em cenas de uso].

Uma outra situação que tem aprofundado esta situação é a fragilidade de dados estatísticos consolidados sobre este perfil populacional, ocasionando dificuldades na efetivação e atualização das políticas públicas. Um exemplo deste cenário é a constituição do Censo Populacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual não possui metodologia para o mapeamento deste público. A ausência de dados implica diretamente na “invisibilização” deste público.

No ano de 2022, a prefeitura da cidade do Recife iniciou um Censo da população em situação de rua, e neste ano de 2023 serão divulgados os dados da pesquisa que também foi realizada com as crianças e adolescentes. Importante salientar que as mobilizações promovidas nesses últimos anos por este Movimento demonstram a retomada de importantes pautas reivindicatórias, com maior nível de diversidade nas discussões, seja no papel reflexivo das violações de direitos que vão deixando de ser naturalizadas, seja nas práticas de manifestações nas ruas, nos espaços de controle social.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, DF: MDS, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas sobre o PAIF: O Serviço de Proteção e Atendimento Social à Família (PAIF), segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. 1. ed. Brasília, 2012. v. 2.

BRACCIALLI, Lígia Maria Presumido et al. Qualidade de vida de cuidadores de pessoas com necessidades especiais. Revista Brasileira de Educação Especial [online]. 2012, v. 18, n. 1

CAMARGOS, Ana Cristina Resende et al. Avaliação da sobrecarga do cuidador de crianças com paralisia cerebral através da escala Burden Interview. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil [online]. 2009, v. 9, n. 1 [Acessado 19 Outubro 2022] , pp. 31-37.

COLETIVO FEMINISTA CLASSISTA ANA MONTENEGRO. *“O que chamam amor, nós chamamos de trabalho não remunerado”*. Disponível em: < <https://anamontenegro.org/cfcam/2020/10/05/o-que-chamam-amor-nos-chamamos-de-trabalho-nao-remunerado/>>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

DAS, Veena. Encarando a Covid-19: Meu lugar sem esperança ou desespero. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social –Rio de Janeiro –Reflexões na Pandemia 2020 –pp. 1-16. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-23>. Acesso em: 15 de julho de 2020.

FERNANDES, Raquel. Metodologias de Trabalho com as famílias em sua dimensão relacional - reflexões a partir de uma perspectiva histórica, crítica e sistêmica, 2018a. Curso Metodologia de trabalho com famílias no SUAS - CapacitaSUAS/PE. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/01102018014951-ead.turma.19.janeiro.2018.modulo.01.pdf>>. Acesso em: 15 de jul. de 2020.

FERNANDES, Raquel. O Lugar da Sociedade na Produção dos Riscos Sociais Vivenciados Pelas Famílias e Indivíduos, 2018b. Curso Metodologia de trabalho com famílias no SUAS - CapacitaSUAS/PE. Disponível em: <<https://www.sigas.pe.gov.br/files/01102018014951-ead.turma.19.janeiro.2018.modulo.01.pdf>>. Acesso em: 20 de set. 2020.

FERNANDES, Raquel. IN: SILVA, Aristoteles Veloso da Silva; OLIVEIRA, Paula Vanusa de Santana Tavares de; GOLÇALVES, Rosineide Maria Gonçalves (Orgs.). Programa CapacitaSUAS no estado de Pernambuco: experiências temáticas dos cursos de ensino a distância /. Caruaru: Editora Ascens, 2018c.

FERNANDES, Raquel. As Metodologias de Trabalho com as Famílias e a Estratégia de Ampliação das Capacidades das Famílias Enquanto Sujeitos Políticos, Ativos no Processo de Enfrentamento às Situações de Risco Vivenciadas, 2018d. Curso Metodologia de trabalho com famílias no SUAS - CapacitaSUAS/PE. Disponível em:< <https://www.sigas.pe.gov.br/files/01102018014945-ead.turma.19.janeiro.2018.modulo.04.pdf>. Acesso em: 15 de jul. de 2020.



FRATESCHI, Yara. O que significa CRISE DO CUIDADO no cenário atual da PANDEMIA. Vídeo Casa do Saber. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=llSRgYw7j-M>>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

FONSEAS. Atuação dos estados no enfrentamento ao coronavírus: Assistência social, política pública essencial de proteção da população mais vulnerável, 2020. Disponível em:<<http://fonseas.org.br/assistencia-social-uma-politica-essencial-no-enfrentamento-do-covid-19-papel-dos-estados/>>. Acesso em: 15 de julho de 2020.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. Cadernos Pagu, 1993, n.1.

GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira; ALMEIDA, Silvana Cavichioli Gomes. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Org.). Família: rede, laços e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 127-134.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2022.

JORGE, Ilza Valéria M. A importância da burocracia do “nível de rua” em processos de mudança organizacional: o caso do Hospital Municipal Infantil Menino Jesus. 2012. 21 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

LEITE, Márcia Pereira. Biopolítica da precariedade em tempos de pandemia. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social –Rio de Janeiro –Reflexões na Pandemia 2020 –pp. 1-16. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-23>. Acesso em: 15 de julho de 2020.

LIMA, M. C. V., & UCHÔA, R. de A. F. . (2022). Famílias confinadas, infâncias desprotegidas: apontamentos sobre os impactos da pandemia da Covid19 sob a égide do governo Bolsonaro. *HISTÓRIA UNICAP*, 9(17), 71–90. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/2140> Acesso em 23 abr. 2023.

LOTTA, Gabriela S. Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas do nível de rua no Programa Saúde da Família. 2010. 295 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

LOTTA, Gabriela S.; PIRES, Roberto Rocha C. Burocracia de nível de rua e (re)produção de desigualdades sociais:comparando perspectivas de análise. IN: PIRES, Roberto Rocha C (Org.). Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

MAGRI, Giordano, et. al. Quem cuida dos cuidadores? A assistência social em tempos de pandemia. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/quem-cuida-dos-cuidadores-a-assistencia-social-em-tempos-de-pandemia>>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

MELLO, Kátia Sento Sé. Desigualdade, negligência, urgência, violência e potência na favela a partir da pandemia da Covid-19: Entrevista com Eliana Silva, fundadora da Redes da Maré, Rio de Janeiro



DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social –Rio de Janeiro –Reflexões na Pandemia 2020 –pp. 1-16. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-23>. Acesso em: 15 de julho de 2020.

PIRES, Roberto Rocha C (Org.). Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

PILUSO, Roberta Pinheiro. "Deficiência, Mulheres E a Dimensão Do Cuidado: Compreensões Das Interseções Em Relações Jurídico-sociais Aplicadas." Teoria Jurídica Contemporânea 5, no. 1. 2020.

RARA, Preta. Eu, emprega doméstica: A senzala moderna é o quartinho da empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

RODRIGUEZ, Graciela; OLIVEIRA, Tatiana. Para superar a pandemia, uma economia do cuidado. Outra palavras: Jornalismo de profundidades e Pós-Capitalismo. Publicado em 29/04/2020, às 13h55m. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/para-superar-a-pandemia-uma-economia-do-cuidado>.

ROSA, Mariana. A desigualdade é a nossa pandemia particular. Disponível em: <<https://lunetas.com.br/a-desigualdade-e-a-nossa-pandemia/>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

SOUZA, Jessé. A Ralé Brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA. Anny Estéfany Romão Ataíde de; CARVALHO, Ingrid David Alves de. Mirtes: uma análise do caso Miguel sob a perspectiva de gênero e raça. METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 191-204, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>.